

**COBRANÇAS ILÍCITAS AOS
POTENCIAIS ELEITORES
INVIABILIZAM RECENSEAMENTO
EM GURUÊ **PAG 2****

**FISCAL DA FRELIMO
INDICIADO DE DIRIGIR
RECENSEAMENTO ELEITORAL
EM CAHORA BASSA **PAG 3****

**MAPUTO E NIASA
CONTINUAM ABAIXO DE 50%
DAS METAS DE ELEITORES
REGISTADOS **PAG 4****

Quinta - feira, **23 de Maio de 2019** | Ano 01, n.º 04 | Director: **Adriano Nuvunga** | www.adsmoz.org/eleicoes

STAE deve recensear 2.751.391 eleitores em 10 dias para alcançar a meta

A última actualização feita pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) indicava que até 19 de Maio tinham sido recenseados 4.590.347 eleitores, um registo que corresponde a 62.52% dos 7.341.738 eleitores previstos.



Boletim ADS Eleições fez as contas e constatou que entre 15 de Abril e 19 de Maio foram registados, em média, 135 mil eleitores por dia. Isto significa que se a média diária de 135 mil registos se mantiver de 20 a 30 de Maio, dia em que termina o processo, serão recenseados mais 1.485.000 eleitores. Somados aos registados até 19 de Maio, o total seria 6.075.347 elei-

tores recenseados. Estariam excluídos do processo eleitoral 1.266.391 potenciais eleitores. Para atingir a meta de 7.341.738 eleitores, o STAE teria que registar uma média diária de 250 mil eleitores de 20 a 30 de Maio. Uma margem muito improvável devido aos problemas operacionais e técnicos que estão a "assombrar" o processo desde o início.

Cobranças ilícitas aos potenciais eleitores inviabilizam recenseamento em Guruè

À medida que o recenseamento eleitoral caminha para o fim, surgem denúncias que podem pôr em causa a credibilidade de todo o processo eleitoral. Se em Gaza são reportados esquemas de registo de menores de 18 anos e de cidadãos estrangeiros (com indícios bastantes de serem imigrantes ilegais), na Zambézia são os próprios brigadistas que são acusados de inviabilizar o registo de eleitores, supostamente por estarem a fazer cobranças para o efeito.

As cobranças ilícitas surgem na sequência de um outro problema que já se tornou marca neste processo: avarias de equipamentos os postos circunvizinhos.

Por exemplo, a maioria dos postos de recenseamento da localidade de Chengesa, distrito de Molumbo, está avariada, situação que leva os residentes locais a procurarem registar-se nas brigadas mais próximas, concretamente na EPC de Tetete, no distrito de Guruè.

Notando maior fluxo de pessoas que querem ser recensear, os brigadistas exigem dinheiro como condição para que os interessados possam se registar. Ora, algumas pessoas que não estão devidamente informadas aceitam pagar algum valor para serem recenseados. Mas outras que não têm como pagar pelo cartão de eleitor, acabam por desistir, perdendo assim a única oportunidade que lhes confere o direito de eleger e de serem eleitas.

Apesar de ser uma prática criminosa, esta não é a primeira vez que são reportados casos de brigadistas que cobram pelo registo e emissão do cartão do eleitor.

Durante o recenseamento para as eleições autárquicas do ano passado, alguns cidadãos denunciaram casos similares na cidade de Nampula, onde alguns brigadistas cobravam entre 20 e 50 meticais a potenciais eleitores que quisessem se recensear.

AVARIAS TÉCNICAS E PROBLEMAS OPERACIONAIS PARALISAM RECENSEAMENTO EM SOFALA

Em alguns distritos da província de Sofala, o recenseamento encontra-se paralisado devido às avarias técnicas e problemas operacionais. Em Cheringoma, o posto instalado na Escola Secundária de Inhaminga não está a funcionar há mais de uma semana por falta de tinteiros. Ainda neste distrito, concretamente na EPC de Inhamatope, o recenseamento tem sido interrompido constantemente devido à avaria do painel solar que fornece energia às máquinas usadas no recenseamento.

No distrito de Chibabava, o registo de eleitores está interrompido na EPC de Inhaboa desde o início da semana, na sequência da avaria do Mobile ID e falta de tinteiro. Na EPC de Chitse, o recenseamento de eleitores só decorre durante horas por dia, designadamente das 15 às 17h00. É justamente nesse período do dia em que a equipa de assistência técnica passa por esta brigada para reparar as avarias constantes dos equipamentos. Ainda no mesmo distrito, na EPC de Daca o recenseamento foi interrompido ao longo da semana devido à falta de tinteiros. Na EP1 e EPC de Nhamago, o recenseamento também está interrompido devido à avaria das máquinas.

No distrito de Muanza, concretamente no posto que funciona na da vila sede, a avaria das máquinas está a condicionar o registo de eleitores. Aliás, observadores do Boletim ADS Eleições reportavam que



Crédito: MozLife

Por exemplo, a maioria dos postos de recenseamento da localidade de Chengesa, distrito de Molumbo, está avariada, situação que leva os residentes locais a procurarem registar-se nas brigadas mais próximas, concretamente na EPC de Tetete, no distrito de Guruè.

penas duas pessoas em média são recenseadas por dia devido às avarias e falta de material.

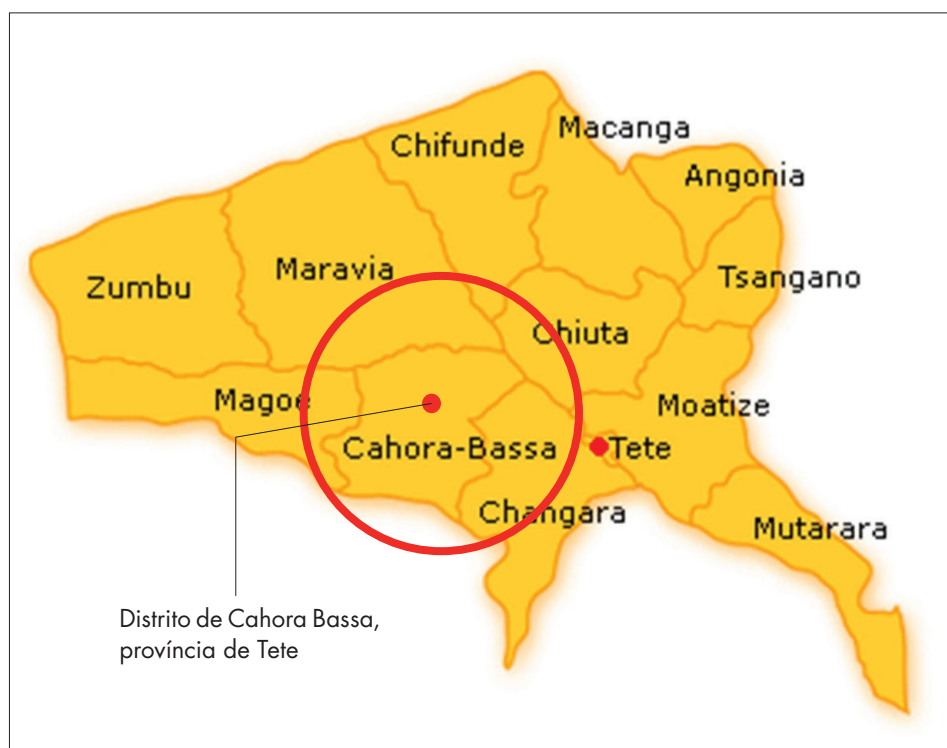
Já no distrito de Marromeu, algumas brigadas de recenseamento estão a proibir os observadores do Boletim ADS Eleições devidamente credenciados de fazerem o seu trabalho. Ainda assim, os observadores apuraram em Marromeu, a brigada que funciona na EPC Julius Nyerere não está a recensear eleitores devido à avaria da máquina fotográfica, uma componente indispensável no processo de registo.

Na Beira, segunda cidade mais importante do país, a falta de energia eléctrica obrigou à paralisação do processo na EPC Amílcar Cabral e na EPC 25 de Junho. Ainda na mesma cidade, o posto instalado no IFAPA não tem registado para além de cinco eleitores por dia devido à falta de tinteiro.

Na província de Inhambane, as avarias técnicas também estão a perturbar o registo de eleitores. Nos postos fixados na EP1 de Paxo e na EPC de Chivalo, a fraca capacidade da bateria e a avaria da impressora estão a inviabilizar o normal funcionamento das brigadas; Na EPC de Macaxula, problemas no ecrã do Mobile ID impossibilitam a assinatura digital dos potenciais eleitor; Na EPC Julius Nyerere, a impressora está avariada e na EP1 de Nhanombanhane e EPC Bilanhane, o computador e a impressora têm avaria constantemente. Ainda na mesma província, na EP de Ambuca o cartão de eleitor sai com fraca qualidade, havendo casos em que chega mesmo a estragar-se logo após a sua entrega ao eleitor.

Fiscal da Frelimo indiciado de dirigir recenseamento eleitoral em Cahora Bassa

Casos caricatos não páram de acontecer neste processo de recenseamento eleitoral. No distrito de Cahora Bassa, província de Tete, um fiscal da Frelimo, partido no poder, terá dirigido o recenseamento por alguns dias durante a semana passada.



O facto que sucedeu concretamente no posto instalado na EPC de Matumbiliro, onde o zeloso fiscal terá se aproveitado da ausência de dois brigadistas, nomeadamente o digitador e o leitor de dados, para assumir as duas funções. Ou seja, de fiscal do recenseamento terá passado a agente do recenseamento, numa clara afronta à legislação que rege o processo.

Aliás, o número 1 do artigo 15 da Lei n.º 5/2013, de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 8/2014, de 12 de Março, dá aos partidos e coligações de partidos políticos o direito de fiscalizar os actos de recenseamento para verificar a sua conformidade com a lei.

Ora, em nenhum artigo a lei dá direito a um fiscal de partido ou coligações de partidos políticos de auxiliar as operações técnicas do recenseamento. Os fiscais dos partidos ou coligações de partidos têm direitos de:

- Estar presente no local onde funcione o posto de recenseamento e ocupar o lugar mais próximo, por forma a que possa fiscalizar todos os actos relacionados com a inscrição dos eleitores;
- Verificar as condições e o processo de trabalho da brigada de recenseamento eleitoral;
- Fazer observações sobre as entrevistas e registo de eleitores, quando considere conveniente, e assiná-las, quando o processo seja irregular devendo, em caso de não se conformar com a lei, fazer constar as respectivas razões na reclamação que interpor;
- Solicitar e obter informações sobre actos de recenseamento eleitoral;
- Apresentar por escrito, reclamações e recursos sobre as deliberações relativas à capacidade eleitoral;
- Denunciar ao Secretariado Técnico da Administração

Na última conferência de imprensa de terça-feira, o STAE reconheceu que alguns postos de recenseamento estavam a registar o abandono temporário ou definitivo de alguns brigadistas. Como solução, o STAE recorre aos brigadistas suplentes para substituir os chamados “dissidentes”.

Eleitoral, com conhecimento à Comissão Nacional de Eleições, qualquer tipo de irregularidades ou ilegalidades, incluindo a existência de postos de recenseamento eleitoral não oficializados (artigo 16 da Lei n.º 5/2013, de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 8/2014, de 12 de Março).

Relativamente aos deveres dos fiscais dos partidos ou coligações de partidos políticos, estes devem:

- Exercer uma fiscalização conscienciosa e objectiva;
- Abster-se e apresentarem recursos ou reclamações de má-fé (artigo 16 da Lei n.º 5/2013, de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 8/2014, de 12 de Março).

Na última conferência de imprensa de terça-feira, o STAE reconheceu que alguns postos de recenseamento estavam a registar o abandono temporário ou definitivo de alguns brigadistas. Como solução, o STAE recorre aos brigadistas suplentes para substituir os chamados “dissidentes” e nega a indicação de fiscais de partidos políticos para ocupar os lugares deixados vagos.

Cláudio Langa, porta-voz do STAE, voltou a falar da ausência de fiscais dos partidos políticos com representação na Assembleia da República, com destaque para o MDM. Fez notar ainda a fraca presença de fiscais da sociedade civil nos postos de recenseamento. Entretanto, é preciso lembrar que em alguns pontos do país (Sofala), foram os próprios órgãos eleitorais que dificultavam a credenciação de observadores da sociedade civil, um caso denunciado pelo Boletim ADS Eleições.

Maputo e Niassa continuam abaixo de 50% das metas de eleitores registados

A cidade de Maputo e as províncias de Maputo e Niassa continuam abaixo de 50% do nível de execução das metas previstas para o recenseamento, de acordo com dados acumulados até ao dia 19 de Maio e divulgados pelo STAE na terça-feira.

Até domingo último, a cidade de Maputo tinha recenseado 50.030 eleitores, um registo equivalente a 41,47%, de uma previsão estimada em 120.655 potenciais eleitores. A província de Niassa, que tem uma meta de registar 476.502 potenciais eleitores, recenseou 225.581 eleitores, correspondentes a 47,34%.

Já a província de Maputo, a segunda com um nível de execução mais baixo, recenseou até ao dia 19 de Maio 198.717 eleitores, o correspondente a 45,07% da meta estimada em 440.900 potenciais eleitores.

No Niassa, o recenseamento eleitoral tem sido marcado por problemas operacionais, com destaque para a falta de combustível para geradores, concretamente nos postos sem ligação à rede nacional de energia eléctrica. A falta de tinteiros e de boletins de inscrição paralisou o recenseamento no posto instalado na EPC Amílcar Cabral, na cidade de Lichinga, passa já uma semana.

A menos de duas semanas do término do recenseamento, o STAE manifesta confiança no cumprimento da meta de 7.341.738 eleitores inscritos. Segundo o porta-voz do STAE, esta semana a média diária de eleitores inscritos é 132 mil, o maior registo desde o início do processo. Mas as contas feitas pelo Boletim ADS Eleições mostram que para se alcançar a meta, o STAE precisaria de registar, nestes últimos 10 dias, uma média de 135 mil eleitores por dia.

Recenseamento eleitoral 2019 DADOS PRELIMINARES (Acumulados até ao dia 19 de Maio)

Província	Previsão 2019	Inscritos 2019			
		Homens	Mulheres	Total	%
Niassa	476.502	108.444	117.137	225.581	47,34
Cabo Delgado	644.021	250.813	271.815	522.628	81,15
Nampula	1.702.140	455.991	507.712	963.703	56,62
Zambézia	1.144.643	381.261	448.596	829.857	72,50
Tete	785.444	209.957	226.549	436.506	55,57
Manica	452.402	147.986	175.929	323.915	71,60
Sofala	521.950	123.297	139.580	262.877	50,36
Inhambane	478.026	103.184	169.229	272.413	56,99
Gaza	575.055	206.424	297.691	504.115	87,66
Maputo Província	440.900	102.142	96.575	198.717	45,07
Maputo Cidade	120.655	29.869	20.166	50.035	41,47

No Niassa, o recenseamento eleitoral tem sido marcado por problemas operacionais, com destaque para a falta de combustível para geradores, concretamente nos postos sem ligação à rede nacional de energia eléctrica.

Além dos problemas operacionais e técnicos reportados nesta edição, o recenseamento eleitoral não está a acontecer nas zonas afectadas pelos ataques armados no norte de Cabo Delgado. A falta de registo verifica-se também nos centros de acomodação de Sofala, a província mais devastada pelo ciclone Idai, o pior que já atingiu a costa moçambicana.

Aliás, o ciclone Idai forçou o governo a adiar o início do recenseamento eleitoral de 1 de Abril para 15 do mesmo mês, quando a Renamo pedia um adiamento de mais de um mês. A justificação do maior partido da oposição era de que os órgãos eleitorais não tinham logística capaz de penetrar e cobrir todas as zonas arrasadas pelo ciclone e pelas cheias que se registaram logo a seguir, além de que as populações afectadas precisariam de mais tempo para se recompor do drama e atender ao recenseamento eleitoral.

Propriedade: ADS - Centro de ideias e de acção - Juventude, Liderança e Políticas de Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editora: Selma Inocência
Equipa Técnica: Prof. Adriano Nuvunga, Selma Inocência, Narciso Cossa, Sócrates Mayer
Colaboração: Fotografia: Emílio Guze
Layout: ADS

Contacto:
Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
Telefone: 21 41 83 36



Think and do Tank

ADS_moz | E-mail: info@adsmoz.org | Website: www.adsmoz.org/eleicoes

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



COUNTERPART
INTERNATIONAL

